



**MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
DEPARTAMENTO CENTRAL DE CONTENCIOSO
DO ESTADO E INTERESSES COLETIVOS
E DIFUSOS

BOLETIM DO MP NA JURISDIÇÃO ADMINISTRATIVA

**NÚMERO 2
Abril-Junho 2025**



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
DEPARTAMENTO CENTRAL DE CONTENCIOSO
DO ESTADO E INTERESSES COLETIVOS
E DIFUSOS



**MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
DEPARTAMENTO CENTRAL DE CONTENCIOSO
DO ESTADO E INTERESSES COLETIVOS
E DIFUSOS

Informação sobre o acesso às peças processuais:

O acesso às peças processuais é feito via hiperligações às bases de dados, a aceder com as credenciais pessoais do SITAF ou, não tendo acesso a este, com as credenciais do SIMP (no caso de decisões publicadas, o acesso poderá ser para a base de dados do IGFEJ). Em qualquer dos casos, é necessário ter um dos sistemas aberto (SITAF ou SIMP) no ambiente de trabalho, revelando-se o programa GoogleChrome, como navegador pré-definido mais eficaz.

Conforme o tipo de acesso e o tribunal, a abertura da peça pode ser imediata ou pode exigir mais passos, nomeadamente dentro do SITAF (caso do TAC de Lisboa).

Dificuldades no acesso devem ser comunicadas a dcceicd@pgr.pt. A disponibilização das peças fora deste contexto é da responsabilidade do seu autor.

SUMÁRIO

Nota de Abertura

I. AÇÃO PÚBLICA

1. TAF BEJA

Requerimento de execução de sentença anulatória de licenciamento urbanístico

Procurador da República Nuno Paixão

2. TCA SUL

PI de condenação à prática de ato. Cessação de prática discriminatória no acesso a monumentos nacionais.

Procurador-Geral Adjunto António Xavier Beirão

3. TAF LEIRIA

PI de ação de impugnação de atos de licenciamento e condenação à prática do ato devido.

Procuradora da República Lídia Pereira

4. TAF LOULÉ

PI de ação de impugnação de atos de licenciamento relativos à construção de uma edificação em solos integrados na REN

Procuradora da República Lídia Pereira



**MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
DEPARTAMENTO CENTRAL DE CONTENCIOSO
DO ESTADO E INTERESSES COLETIVOS
E DIFUSOS

II. PARECERES

1. TAF PORTO

Pensão de Sobrevivência, Divórcio. União de facto. Parecer do Ministério Público.

Procurador da República Carlos Durães

2. TAF PORTO

Ordem municipal de demolição. Domínio público Marítimo. Parecer do Ministério Público.

Procuradora da República Aida Aranha

3. TAC LISBOA

Nacionalidade portuguesa. Prova da filiação (avoenga). Parecer do Ministério Público.

Procurador da República Nuno Maia

4. TAF LOULÉ

Servidão militar. Falta de fundamentação. Parecer do Ministério Público

Procuradora da República Lídia Pereira

5. JUÍZO CENTRAL CÍVEL DE BRAGA

Lei de Ação Popular Civil. Interesses difusos e individuais. Parecer do Ministério Público

Procuradora da República Maria Manuela de Oliveira Pires

III. REPRESENTAÇÃO DO ESTADO

1. TAF PORTO

Contestação em representação do Estado Português. Apartado postal como domicílio do Autor. Exceção dilatória.

Procuradora da República Aida Aranha

2. TAF SINTRA

Contestação em representação do Estado Português. Acidente em escola pública. Responsabilidade civil extracontratual do Estado.

Procuradora da República Anabela Marques

3. TAC LISBOA

Contestação em representação do Estado Português. Administração da justiça. Excesso de prazos de inquérito. Responsabilidade civil extracontratual.

Procurador-Geral Adjunto Carlos Ribeiro



**MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
DEPARTAMENTO CENTRAL DE CONTENCIOSO
DO ESTADO E INTERESSES COLETIVOS
E DIFUSOS

4. TAF BEJA

Contra-alegações em representação do Estado Português. Responsabilidade civil extracontratual do Estado. Prescrição. Suspensão por ação pendente no TEDH

Procurador da República Nuno Paixão

IV. DIVERSOS

1. *"Conformação probatória no processo administrativo em sede de parecer a emitir pelo MP no âmbito do artigo 85.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos"*

Procurador da República Dino Almeida

2. *"O caso Agnes Blanco e as origens da responsabilidade civil extracontratual do Estado"*

Procurador-Geral Adjunto João Luís Gonçalves

3. Crimes de prevaricação e de violação de regras urbanísticas. Inquérito.

Procurador da República Joaquim Morgado (DIAP Regional de Lisboa).

